



PARECER PRÉVIO Nº 51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11542/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Envira
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Ivon Rates da Silva (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM N.º 12.868
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6840/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Ofício.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Ivon Rates da Silva, Prefeito do Município de Envira**, relativas ao exercício financeiro de **2017**, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação *supra*;
- 10.2. **Oficiar** a Câmara Municipal de Envira para que cumpra o disposto no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



PARECER PRÉVIO Nº 51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 3 de Dezembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11542/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Envira
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM N.º 12.868
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6840/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da **Prefeitura Municipal de Envira**, referente ao exercício financeiro de **2017**, de responsabilidade do ordenador de despesas, **Sr. Ivon Rates da Silva**, conforme o art. 22, III, “b” e “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Ivon Rates da Silva no valor de **R\$ 13.654,39**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por impropriedades identificadas e não sanadas, descritas nos itens 38-39, 43-45, 61-63, 64-65, 66-68, 72-73, supra, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei



ACÓRDÃO Nº 51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar à Prefeitura Municipal de Envira:

10.3.1 Que cumpra os artigos 48, II e 48-A da LC 101/2000;

10.3.2 Corrija as irregularidades verificadas no Balanço Patrimonial do especialmente quanto aos "Valores em Trânsito Realizável a Curto Prazo", apresentando as devidas ações de cobrança ou execução judicial que permitam identificar a previsão de entrada dos recursos aos cofres públicos municipais;

10.3.3 Que proceda à complementação dos valores devidos ao RPPS (R\$ 446.938,41), observando os juros e multas de responsabilidade do gestor que deu causa ao feito;

10.3.4 Efetue os repasses ao FAPENV sem atrasos, tanto das contribuições patronal, quanto da dos servidores sem a devida;

10.3.5 Cumpra o disposto no art. 4º, §1º, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004, art. 1º, II e III, Lei Federal nº 9.717/98; art. 4º Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, ON MPS nº 02/2009; arts. 17 e 20, Lei Municipal nº 240/2010;

10.3.6 Que cumpra o disposto no art. 2, da Resolução nº 27/2012 – TCE/AM, que exige um arquivo completo de toda a documentação pertinente por obra, tais como: o processo licitatório, ato de Nomeação da Fiscalização; ART dos projetos, processos de pagamentos, a manutenção de registro de imagens com datas (fotográfico ou similar) do antes do início, durante a execução e da conclusão da obra ou serviço;

10.3.7 Cumpra o disposto no art. 96, da Lei nº 4.320/64;

10.3.8 Que adote providências para o processamento e adimplemento dos restos a pagar, em cumprimento ao art. 37 c/c art. 63 da Lei nº 4.320/1964, assim como art. 48, da LC 101/2000;

10.3.9 Cumpra o disposto no art. 52, da LC 101/2000.

10.4. Determinar à SECEX que instaure Tomada de Contas Especial para aferir os prejuízos causados ao erário do município de Envira, especialmente com juros e multas, decorrentes da diferença a recolher das contribuições patronais e dos servidores, das competências de janeiro a dezembro/2017, inclusive 13º salário, no valor total de R\$ 446.938,41 e os recolhimentos em atraso das contribuições patronal e dos servidores sem a devida cobrança de juros das competências dos meses de janeiro a novembro de 2017;



ACÓRDÃO Nº 51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.5. Determinar** à SECEX que na próxima comissão de Inspeção que dê especial atenção aos itens alvo de determinação à origem, visando verificar a ocorrência de reincidência;
- 10.6. Notificar** o Sr. Ivon Rates da Silva com cópia do Relatório/Voto, Parecer do MPC e Laudos Conclusivos das Comissões de Inspeção, além do Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso
- 11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral